



428169/01-6

JUL 69



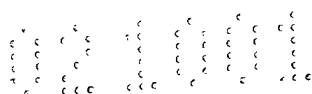
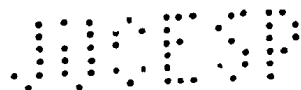
NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

NIRE 35.300.187.393

CNPJ 04.668.779/0001-79

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2001

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA: Realizada aos 17 dias do mês de setembro de 2001, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Rua Funchal, 263, 11º andar, Sala 06-B, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença".
3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Artigo 26, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luis Antonio Semeghini de Souza, que convidou a Sra. Cristiane Naomi Kaneko Flesch para secretariá-lo.
4. ORDEM DO DIA: (a) autorizar a 1ª emissão de debêntures ("Debêntures") da Companhia, no valor total de até R\$156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de reais), nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei 6.404/76 e demais disposições legais pertinentes (a "Emissão"); (b) delegar ao Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições relativas às Debêntures, de que tratam os itens VI a VIII, do artigo 59, da Lei nº 6.404/76, bem como delegar poderes para cancelar as Debêntures que eventualmente não sejam colocadas, ou que se encontrem em tesouraria; (c) autorizar a Diretoria a contratar: (1) instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação pública das Debêntures emitidas pela Companhia, (2) o agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), e (3) o banco mandatário, bem como para realizar as demais contratações (inclusive advogados, auditores, agências de classificação de risco e agências de publicidade) e praticar todos os demais atos necessários para efetivação da Emissão.



5. **DELIBERAÇÕES:** Após a discussão da matéria, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue:

I. Aprovar, nos termos do Artigo 29, alínea “d” do Estatuto Social, a captação pela Companhia de recursos no mercado de capitais brasileiro, mediante a emissão de Debêntures com as características descritas abaixo.

(i) Valor Total da Emissão: Até R\$156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de reais), na Data de Emissão.

(ii) Quantidade Total da Emissão de Debêntures: 624 (seiscentas e vinte e quatro) Debêntures.

(iii) Número de Séries: As Debêntures serão emitidas em série única.

(iv) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 30 de novembro de 2001.

(v) Tipo e Forma: Conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

(vi) Espécie: Subordinada.

(vii) Valor Nominal Unitário das Debêntures: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na Data de Emissão.

(viii) Remuneração: A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à remuneração descrita abaixo (“Remuneração”), a qual poderá ser alterada pelo Conselho de Administração. A Emissora pagará a Remuneração a cada 6 (seis) meses contados da Data de Emissão (cada, uma “Data de Pagamento de Remuneração”).

Forma de Cálculo. A Remuneração será calculada a cada seis meses contados da Data de Emissão, de acordo com a Taxa ANBID (conforme definida abaixo), capitalizada proporcionalmente pelos respectivos sub-períodos de vigência da mesma, acrescida de um percentual de juros ao ano (*spread*), calculado exponencialmente por dias decorridos desde a Data da Emissão, o qual deverá variar de acordo com a



JOESP

JOESP

variação do preço do petróleo tipo Brent-Datado ("Brent") no período considerado, líquido de qualquer tributação eventualmente incidente sobre o seu pagamento.

(a) Para fins deste item, a cada seis meses contados da Data de Emissão, o Conselho de Administração da Emissora deverá comparar (i) o preço estimado do Brent naquela data para o período em referência (o "Preço Estimado do Brent") e (ii) a média diária dos preços do Brent praticados no mês imediatamente anterior ao mês da data do cálculo (o "Preço Efetivo do Brent"). O cálculo da Remuneração deverá ter como referência os quatro níveis de remuneração abaixo mencionados, sendo que, em qualquer hipótese, a Remuneração não poderá ser inferior à Taxa ANBID + 0% (zero por cento) ou superior à Taxa ANBID acrescida de um *spread* de 5% (cinco por cento);

(i) se na data do cálculo o Preço Efetivo do Brent for no mínimo 18% (dezoito por cento) inferior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID + 0% (zero por cento);

(ii) se na data do cálculo o Preço Efetivo do Brent for equivalente ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID + 1,5% (um vírgula cinco por cento);

(iii) se na data do cálculo o Preço Efetivo do Brent for 18% (dezoito por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID + 3,5% (três vírgula cinco por cento); e

(iv) se na data do cálculo o Preço Efetivo do Brent for no mínimo 36% (trinta e seis por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID + 5% (cinco por cento).

(b) Se a diferença entre o Preço Efetivo do Brent e o Preço Estimado do Brent não corresponder aos preços exatos da tabela abaixo, o cálculo da Remuneração deverá utilizar uma interpolação linear simples.

(c) Os quatro níveis de Remuneração utilizados para referência do cálculo da Remuneração estão descritos na tabela abaixo:



JUL 99

2000

Período (semestres)	Variação Negativa de no mínimo 18%	Preço Estimado do Brent (U.S.\$/bbl)	Variação Positiva de 18/%	Variação Positiva de no mínimo 36%
	Taxa ANBID + 0%	Taxa ANBID + 1,5%	Taxa ANBID + 3,5%	Taxa ANBID + 5%
0	21,32	26,00	30,68	35,36
1	20,40	24,88	29,36	33,84
2	19,70	24,02	28,34	32,67
3	19,16	23,37	27,58	31,78
4	18,75	22,86	26,97	31,09
5	18,42	22,46	26,50	30,55
6	18,16	22,15	26,14	30,12
7	17,97	21,91	25,85	29,80
8	17,81	21,72	25,63	29,54
9	17,69	21,57	25,45	29,34
10	17,59	21,45	25,31	29,17
11	17,52	21,36	25,20	29,05
12	17,45	21,28	25,11	28,94
13	17,40	21,22	25,04	28,86
14	17,37	21,18	24,99	28,80
15	17,33	21,14	24,95	28,75

Taxa ANBID. Para fins deste item, a taxa ANBID ("Taxa ANBID") significa a taxa de juros divulgada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento – ANBID, publicada diariamente na Resenha da ANDIMA, para depósito bancário a prazo, do tipo mais negociado e de maior volume (pré ou pós-fixado) apresentado durante o período de capitalização, conforme definido adiante, capitalizada pelos respectivos sub-períodos de capitalização, conforme definido abaixo:



ANBID

ANBID

(a) o "período de capitalização" é o período semestral de Remuneração. O primeiro período de capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração. Os demais períodos de capitalização iniciam-se na última Data de Pagamento da Remuneração ocorrida e terminam na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, sucessivamente sem solução de continuidade.

(b) o "sub-período de capitalização" é o período de vigência de cada uma das Taxas ANBID (pelo prazo do respectivo depósito a prazo em que a mesma se embasou). O primeiro sub-período de capitalização inicia-se na data de início do primeiro período de capitalização e termina ao final da data de vigência da Taxa ANBID. Os demais sub-períodos de capitalização iniciam-se na data de vencimento do sub-período de capitalização anterior e terminam na data de vigência da Taxa ANBID do mesmo ou no término do período de capitalização, o que for anterior, cada sub-período de capitalização sucedendo ao anterior, sem solução de continuidade.

(c) a cada início de um novo período de capitalização, iniciar-se-á um novo sub-período de capitalização. Caso a data de encerramento do período de capitalização não seja coincidente com a data de encerramento do sub-período de capitalização, a Taxa ANBID do último sub-período de capitalização será calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis até a data do encerramento do respectivo período de capitalização.

Taxa Substituta. Na hipótese da Taxa ANBID aplicável deixar de ser divulgada, será utilizada a última Taxa ANBID divulgada dentro do período de até 15 (quinze) dias corridos que anteceder a data do primeiro dia útil do respectivo sub-período. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa ANBID, ou no caso de sua extinção, ou ainda se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, esta não mais puder ser utilizada para o cálculo da Remuneração, deverá ser utilizada como taxa substituta (a "Taxa Substituta"), na mesma data da extinção da Taxa ANBID ou do impedimento de sua utilização, a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pós ou pré fixados, obtida pelo Conselho de Administração da Emissora, para lotes de valor equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais), que será mensalmente atualizado a partir da data de capitalização, junto ao Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A. e Banco do Brasil S.A. O prazo do último sub-período de cada período de apuração será ajustado de tal forma que o seu vencimento coincida com a data de início do novo período de apuração. Caso a Taxa Substituta também não possa ser aplicada, será convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da última divulgação, para deliberar a escolha de outra taxa substituta.



NOVA MARLIM

DEBÊNTURES

- (a) para todos os efeitos deste item, será considerado o ano de 360 dias, sendo que caso a Taxa ANBID ou a Taxa Substituta tenha como referência prazo diverso, deverá a mesma ser ajustada para refletir a base de 360 dias; e
- (b) a apuração dos montantes das obrigações que deverão ser liquidadas em datas intermediárias, que não coincidam com o último dia do período de vigência de cada Taxa ANBID, será calculada exponencialmente *pro rata temporis*, considerando-se o número de dias úteis transcorridos desde a data do início do período de vigência da Taxa ANBID considerada e a data do pagamento da Remuneração, em relação ao número de dias úteis do período de vigência da Taxa ANBID em curso.
- (ix) Preço de Subscrição e Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Taxa ANBID + 5% (cinco por cento), acumulada desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A Taxa ANBID acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) não se aplicará às subscrições efetuadas por força do exercício do direito de preferência a que se refere o item (xi) abaixo.
- (x) Prazo de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures será de 90 (noventa) meses a contar da Data da Emissão, portanto, no dia 30 de maio de 2009.
- (xi) Direito de Preferência: Nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, será concedido aos acionistas da Companhia direito de preferência para subscrição e integralização das Debêntures pelo prazo decadencial de 30 (trinta) dias a contar da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, inclusive. Os acionistas da Companhia que desejarem exercer seu respectivo direito de preferência deverão comparecer à sede da Companhia durante o prazo anteriormente mencionado. A quantidade máxima percentual de Debêntures que os acionistas que exercerem o direito de preferência poderão subscrever será igual à participação percentual do acionista subscritor no capital social da Companhia nesta data.
- (xii) Conversibilidade: Cada Debênture poderá ser convertida a partir do segundo ano contado da Data de Emissão, no período estipulado abaixo, por opção do seu titular, em ações ordinárias representativas do capital social da Emissora.



NOVA MARLIM

DEBÊNTURES

Cada Debênture poderá ser convertida pelo número de ações ordinárias resultante da divisão do (a) Valor Nominal Unitário da Debênture não amortizado e acrescido da Remuneração até a data da conversão, pelo (b) valor patrimonial da ação da Emissora constante das demonstrações financeiras auditadas e publicadas relativas ao último exercício social transcorrido multiplicado pelo fator de 1,75;

O período para o exercício da opção de conversão das Debêntures será anual e iniciar-se-á sempre no primeiro Dia Útil seguinte à data de publicação das demonstrações financeiras da Emissora devidamente auditadas, relativas ao último exercício social transcorrido e encerrar-se-á (a) no dia 20 de abril do mesmo ano da referida publicação das demonstrações financeiras; ou (b) 20 (vinte) dias corridos contados da data de início do período para conversão, das duas datas a posterior.

Caso a Assembléia Geral da Companhia delibere emitir novas debêntures conversíveis em ações para subscrição pública ou privada, os Debenturistas da presente emissão terão direito de preferência na subscrição de tais debêntures juntamente com os acionistas da Companhia, se tal direito for igualmente conferido a estes.

Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em dinheiro, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 10º (décimo) dia útil subsequente à data de conversão, acrescido da remuneração conferida às Debêntures até a data do efetivo pagamento.

Os Debenturistas exercerão a opção de conversão das Debêntures em ações ordinárias representativas do capital social da Companhia da seguinte forma: (a) por envio da solicitação de conversão ao Sistema Nacional de Debêntures - SND, operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, através do Terminal CETIP ou formulário padrão da CETIP; ou (b) caso o Debenturista não tenha conta individualizada na CETIP, deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolada junto à instituição financeira custodiante de suas Debêntures na CETIP, para que esta faça o pedido, junto ao SND, da quantidade de Debêntures que pretende converter, ou, ainda, (c) caso as Debêntures não estejam registradas no SND, o Debenturista deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolizada junto à instituição financeira depositária das



JUL 02

0000000000

Debêntures, contendo o nome do Debenturista e a quantidade de Debêntures que pretende converter.

Para todos os efeitos legais, a data de conversão será a data de solicitação junto ao SND, operacionalizado pela CETIP, ou data da entrega da Solicitação de Conversão para a instituição financeira depositária das Debêntures, caso não estejam registradas no SND.

Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures em ações serão realizados e averbados na Junta Comercial da sede da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do encerramento do período anual para exercício de conversão das Debêntures.

As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às atuais ações ordinárias da Companhia, fazendo jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia a partir da data da solicitação de conversão.

Após a data de conversão, as ações terão direito ao recebimento de dividendos integrais do exercício social em que ocorrer a conversão.

(xiii) Condições de Pagamento: O valor do principal das Debêntures será pago em 15 (quinze) parcelas semestrais iguais, sendo a primeira paga 6 (seis) meses após a Data de Emissão, ou seja, em 30 e maio de 2002, e as parcelas subsequentes a cada 6 (seis) meses contados da data de pagamento da parcela anterior.

Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela Companhia utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, ou na hipótese das Debêntures não estarem custodiadas junto ao SND, em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim.

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.





- 



Nova Marlim

NOVA MARLIM

DEBÊNTURES

da Companhia, em procedimento administrativo ou processo judicial, que não seja cancelado em até 60 (sessenta) dias após a sua instauração.

Os valores mencionados nos itens (c), (g) e (h) serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M ou qualquer índice que o substitua.

Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos itens (a), (b), (d) e (e) acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automática e antecipadamente vencidas, independente de avisos ou notificação judicial ou extra-judicial. Ocorrendo quaisquer eventos previstos nos demais itens acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A declaração do vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas representando no mínimo a maioria de todas as Debêntures em circulação.

(xvii) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

(xviii) Forma Alternativa de Recebimento. Caso decidido por Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, o pagamento de qualquer valor devido pela Companhia nos termos da Escritura poderá ser aceito pelos Debenturistas, a seu único e exclusivo critério, por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os Debenturistas. Nenhum pagamento de valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura poderá ser feito de qualquer forma que não em moeda corrente nacional sem a aprovação dos Debenturistas nos termos desta Cláusula.



Nova Marlim

NOVAMARLIM

DEBÊNTURES

(xix) Negociação: As Debêntures serão negociadas no SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

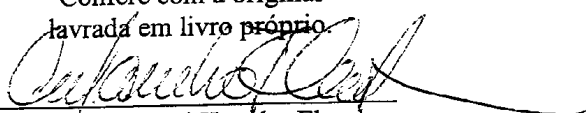
II. Delegar poderes ao Conselho de Administração para: (i) deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, tendo inclusive poderes para alterar condições expressas na presente deliberação, no que se refere às matérias referidas nesses itens; e (ii) aprovar o cancelamento das Debêntures que eventualmente não sejam colocadas e, se e quando necessário, das Debêntures que se encontrem em tesouraria.

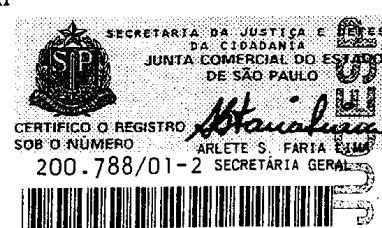
III. Autorizar a Diretoria da Companhia a contratar instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição como líder(es), coordenador(es) ou consorciado(s) da emissão, bem como Agente Fiduciário e instituições para a prestação de serviços a ela relativos, inclusive custódia, liquidação, emissão de certificados e de agente pagador (Banco Mandatário), advogados, auditores independentes, agências de classificação de risco e agências de publicidade, podendo ajustar os termos e condições pertinentes.

IV. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos relacionados com o quanto acima exposto, inclusive assinar todos e quaisquer documentos necessários para esse fim, inclusive a Escritura referente à Emissão, o Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da 1ª Emissão da Companhia.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. São Paulo, 17 de setembro de 2001. (aa) Presidente: Luis Antonio Semeghini de Souza; Secretária: Cristiane Flesch. Acionistas: NOVAMARLIM PARTICIPAÇÕES S.A., p. Luis Antonio Semeghini de Souza e Ronald Herscovici; Luis Antonio Semeghini de Souza; Cristiane Naomi Kaneko Flesch; e Alexandre Gossn Barreto.

Confere com a original
lavrada em livro próprio


Cristiane Naomi Kaneko Flesch
Secretária





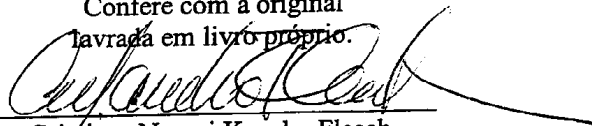
NovaMarlim

NOVAMARLIM

NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.
NIRE 35.300.187.393
CNPJ 04.668.779/0001-79

Acionistas	Ações Ordinárias
NovaMarlim Participações S.A.	97
Luis Antonio Semeghini de Souza	01
Cristiane Naomi Kaneko Flesch	01
Alexandre Gossn Barreto	01
TOTAL	100

Confere com a original
lavrada em livro próprio.


Cristiane Naomi Kaneko Flesch
Secretária